

DO SABER AO PODER

Amostra

Amostra

ALBERTO OLIVA

DO SABER AO PODER

Saber – decifra-me ou devoro-te
Poder – devora-me ou decifro-te

70

Do saber ao poder

Copyright © 2026 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.
Edições 70 é um selo da editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books.
Copyright © 2026 Alberto Oliva
ISBN: 978-65-5427-373-2

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

OL48d

1. ed. Oliva, Alberto

Do saber ao poder. Saber – decifra-me ou devoro-te.

Poder – devora-me ou decifro-te / Alberto Oliva. – 1. ed.

Rio de Janeiro : Edições 70, 2026.

392 p.; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5427-373-2

1. Filosofia da ciência. 2. Epistemologia. 3. Sociedade do conhecimento 4. Racionalidade. I. Título.

CDD 121

Índice para catálogo sistemático :

1. Filosofia da ciência 121

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Produtor Editorial: Fonte Editorial

Capa: Victoria Cristina

Diagramação: Giovanni Pieroni



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



Todas as famílias felizes se parecem; cada família infeliz o é a seu modo.¹

(Tolstói)

Dois excessos: excluir a razão, só admitir a razão.²

(Pascal)

Nem o erro se sentia em nosso antigo costume nem a melhoria se sente com a mudança. Há tanta incerteza em tudo, e tão grosseira, obscura e obtusa é nossa percepção.³

(M. Montaigne)

O céu e o inferno supõem duas espécies distintas de homens, os bons e os maus. No entanto, a maior parte da humanidade flutua entre o vício e a virtude.⁴

(D. Hume)

É incontestável que existe alguma benevolência – por menor que seja – infundida em nosso peito; alguma centelha de amizade pela espécie humana; alguma partícula da pomba, incrustada em nossa compleição, juntamente com os elementos do lobo e da serpente.⁵

(D. Hume)

Será aquela do cidadão que viajava de bonde, passageiro único, em dia de chuva, e, como estivesse justo sentado debaixo de goteira, perguntou-lhe o condutor por que não trocava de lugar. Ao que inerte, humano, inerte, ele respondeu: Trocar... com quem?⁶

(Guimarães Rosa)

-
1. Tolstói, L. *Anna Karenina*. Trad. de Maria Bianca Luporini, Firenze, Sansoni, 1967, p. 15
 2. Pascal, B. *Pensées*. Londres/Paris. J. M. Dent & Georges Crès. 1952, § 253, p. 114.
 3. Montaigne, M. *Les Essais*, Livre Troisième. Librairie Garnier Frères, Paris, 1948, p. 268.
 4. Hume, D. 'Of the immortality of the soul'. In: *Essays Moral Political and Literary*. Liberty Fund. Indianapolis, 1987a, p. 594.
 5. Hume, D. *An Enquiry concerning the Principles of Morals*, Oxford University Press, 1998, p. 147.
 6. Guimarães Rosa, J. *Tutaméia (Terceiras Estórias)*. Rio de Janeiro, Livraria José Olimpio Editora, 1976, p. 4.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| PARTE I: SOCIEDADES CINDIDAS | 1 |
| 1. Entre a autoridade da ciência e a guerra de narrativas | 3 |
| 2. É a razão libertadora e a paixão escravizadora? | 53 |
| 3. O resgate oportunista do valor da ciência durante pandemia | 73 |
| 4. Da crítica político-econômica ao ataque metafísico à ciência | 101 |
| 4.1 A questão do sentido da vida: fora da alçada da ciência | 108 |
| 5. A racionalidade una em tensão com múltiplas e incomensuráveis formas de vida | 127 |
| 6. Em que língua está escrito o livro da sociedade? | 163 |

| | |
|--|-----|
| PARTE II: DA OPINIÃO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL | 201 |
| 1. A sociedade vai para onde as opiniões a levam | 203 |
| 2. O poder derivado da fixação coletiva das crenças | 237 |
| 3. Guinadas perceptuais e mudanças sociais | 265 |
| 3.1 Reversões gestálticas nos modos de ver a realidade | 266 |
| 3.2 O que se enxerga no informe e indeterminado | 270 |
| 4. A função da opinião nas concepções teocêntrica, sociocêntrica e individuocêntrica de sociedade | 281 |
| 5. A sociedade como teatro: catarse, construtivismo e estranhamento | 327 |
| 6. Das gaiolas de ferro às virtuais: o desafio da conquista da maioria | 343 |

PARTE I: SOCIEDADES CINDIDAS

Entre o “monoteísmo” da racionalidade instrumental e o
“politeísmo” dos Valores

*Os homens são agitados e perturbados não pelas coisas,
mas pelas opiniões que formam sobre elas.¹*
(Epitteto)

1. Epitteto, *Manuale*, Trad. de Giacomo Leopardi, Feltrinelli, Milano, 2017, p. 12.

Amostra

1. Entre a autoridade da ciência e a guerra de narrativas

No derradeiro filme de Federico Fellini, *La Voce della Luna* (1990), a fala de um personagem se destaca por seu conteúdo filosófico: “Nulla si sa, tutto s’immagina”. Apesar de ser atribuída de modo apócrifo a Leopardi, Fellini pode tê-la retirado de um poema de Fernando Pessoa¹: “Nada se sabe, tudo se imagina. Circunda-te de rosas, ama, bebe. E cala. O mais é nada”.

Com suas taxativas opiniões sobre o curso dos acontecimentos pandêmicos e suas rígidas prescrições comportamentais, os porta-vozes da ciência passaram a impressão de ter virado do avesso a teoria do poeta luso. Mesmo porque davam a entender que na ciência “nada se imagina, tudo se sabe”.

Como o reconheceram os grandes nomes que desfilaram pela história da ciência, o conhecimento é fruto da complexa interação entre a fértil imaginação e a laboriosa constatação de fatos, entre as construções do espírito e os implacáveis controles exercidos pelas evidências empíricas. No fim das contas, tanto a embasada teoria quanto a especulação vazia resultam de variados modos de promover a interação entre as asas da imaginação e os referenciais encontráveis no solo dos fatos. O papel da imaginação no processo de produção do conhecimento tem

se mostrado pouco compreensível em virtude de sua interação com os fatos se revelar tortuosa.

Collingwood² argumentou que “a imaginação não existe em estado livre, já que requer uma base factual que, por sua vez, requer uma base suprida pela imaginação, pois nenhum fato pode ser conhecido até que seja buscado pelo ato imaginativo de questionar que, por seu turno, requer uma base factual adicional, e assim *ad infinitum*”. A visão simplista e politizada levou os porta-vozes da ciência a ignorarem o conúbio entre a imaginação hipotética e a constatação factual.

Preso à elaboração de respostas imediatistas a problemas surgidos no dia a dia, o senso comum raramente se devota a um processo de reflexão ativa preocupado em apresentar (boas) razões e em prover embasamento empírico para as crenças adotadas. Persiste o desafio de entender o que gera a fácil recepção acrítica a crenças que carecem do apoio das evidências mesmo quando estas são coletáveis sem grandes dificuldades. A opção ou preferência por determinada crença só esporadicamente é definida com base em seus méritos cognitivos, na comprovação de sua superioridade explicativa em comparação com alternativas. O reconhecimento de que subsiste envolvimento afetivo-emotivo com as visões de mundo das quais as crenças adotadas fazem parte deve ser o primeiro passo da tentativa de explicar por que ocorre uma absorção passiva que leva a desconsiderar os requisitos básicos de validação lógica e sustentação factual.

Segundo Montaigne³, “é provável que o principal crédito pelos milagres, visões, encantamentos e seus efeitos extraordinários provenha do poder da imaginação agindo principalmente sobre a alma mais frágil do vulgo. A crença apoderou-se delas tão firmemente que pensam ver o que não veem”. Deixando de operar com crivos sistemáticos de seleção de crenças, o ser humano permite que emoções e sentimentos direcionem o entendimento:

A grande massa de crenças que nos sustenta em nossa vida cotidiana é apenas a corporificação do desejo, corrigido aqui e ali, em pontos isolados, pelo rude choque dos fatos. O homem é essencialmente um sonhador que, despertado às vezes momentaneamente por algum elemento peculiarmente intrusivo no mundo exterior, volta rapidamente à feliz sonolência da imaginação⁴.

Tendo em vista as dificuldades para identificar os fatores que levam à predominância do acolhimento irrefletido das opiniões, atenção especial deveria ser dada a seu impacto psicossocial. As crenças que se tornam arraigadas nos indivíduos e nas coletividades possuem conteúdos *culturalmente fixados e transmitidos*. Crenças com o condão de gerar comportamentos se eximem da obrigação de convencer por meio de argumentos urdidos com zelo lógico e atenção aos fatos. O processo por meio do qual ocorre o compartilhamento comunitário de crenças infundadas se mantém pouco compreensível em virtude de ainda ser parco o conhecimento sobre a interação entre os mecanismos psicológicos e os sociais que fomentam a formação e difusão de algumas crenças e não de outras. Com o apoio crescente das tecnologias da informação e da comunicação, os políticos exploram o fato de que opiniões compartilhadas produzem regularidades comportamentais.

Com o advento da pandemia, os formadores de opinião começaram a considerar inapelável o *poder cognitivo* da ciência e inquestionável a legitimidade das autoridades de imporem, em nome do saber médico, a quarentena e a obrigação da vacinação e do uso de máscara. Deixou-se de levar em conta que o conhecimento científico estava sendo aplicado em sociedades que admitem modos variados de ver, viver e conviver. Os porta-vozes da ciência ignoraram que os valores tendem a se sobrepor aos fatos e que a escolha de um modo de viver pode ser feita à margem de crivos de racionalidade. Diferentemente

do que se passa na ciência, as várias *formas de vida* são escolhidas nas Sociedades Abertas sem atenção a cálculos ou à busca de apoio nos fatos. Nunca o processo de construção da realidade social foi tão acelerado como hoje pelo amplo questionamento dos quadros valorativos herdados de longevas tradições. Tem diminuído as convenções aceitas, de modo consensual, como *naturais*, de tal modo que novas *formas de vida* vão surgindo e as condutas passam por grandes transformações com base na adoção de novos sistemas de crença e de novos quadros valorativos.

Apontada por Snow, a existência de “Duas Culturas” – marcadas pelo crescente distanciamento entre as ciências naturais e as áreas do saber debruçadas sobre os *problemas da vida* – se completa com outro dualismo: de um lado há a racionalidade instrumental e, do outro, a diversidade existencial representada pela adoção de diferentes modos de viver. À racionalidade instrumental una se contrapõe a variedade com que se passou a vivenciar a condição humana. O que está em questão é saber se essas duas “subculturas” correrão indefinidamente por trilhos próprios ou se, em algum momento, poderão percorrer um caminho parcialmente compartilhado. Talvez o “reencontro” jamais venha a ocorrer porque, a valer o diagnóstico de Koyré⁵, “a ciência substituiu nosso mundo de qualidades e percepções sensíveis no qual vivemos, amamos e morremos por outro mundo – o da quantidade, da geometria reificada – no qual, embora haja lugar para todas as coisas, não há lugar para o homem”. Koyré arremata que “o mundo da ciência – o mundo real – se distancia e se separa tão completamente do mundo da vida que a ciência se mostra incapaz de explicá-lo”. Se por um lado o universo criado pela ciência é inacessível ao homem comum, por outro, o *Lebenswelt* (*Mundo da Vida*) está fora do circuito de investigação da ciência. A pandemia evidenciou que a lacuna entre o universo da ciência e o mundo das vivências fica exposto a variados preenchimentos político-ideológicos.

A ciência foi apropriadamente apresentada por seus porta-vozes como a única forma racional de fazer frente à pandemia. Negligenciaram, contudo, que isso não conferia ao saber médico legitimidade para normatizar condutas e interferir na liberdade de escolher tal ou qual forma de vida atrelada a este ou aquele conjunto de valores. Sobressaiu no período da pandemia a existência de uma tensão entre o "monoteísmo" da razão instrumental, a única capaz de oferecer soluções para problemas desafiadores, e o "politeísmo" de valores associado a diversos modos de viver. A opção por certo quadro axiológico não tem como ser justificada à luz de critérios de validação lógica ou crivos empíricos. Sendo percebida como uma caixa preta, o homem comum se recusa a aceitar a autoridade da ciência quando se contrapõe às suas escolhas comportamentais. Mesmo sem consciência disso, os negacionistas exploraram o fato de que parte da opinião pública rejeitava a pretensão das autoridades constituídas de recorrerem ao saber médico para conferir legitimidade a legislações intrusivas.

A ideia de que a ciência ostenta uma unidade cognitiva com autoridade prescritiva se contrapõe à diversidade existencial resultante de a adoção de uma forma de vida ter-se tornado uma questão de livre escolha. Antes da pandemia, a presença de um leque de opções quanto aos modos de existir se harmonizava com o relativismo cognitivo de que há diversos esquemas interpretativos. A rejeição do velho objetivismo epistemológico, que postulava a existência de avaliações empíricas em condições de superar as diferenças entre as ópticas, levou ao perspectivismo que desponta mais consonante com a variedade dos modos de viver presentes nas Sociedades Abertas. Antes da pandemia, era crescente o prestígio acadêmico da tese da inexistência de fatos autônomos em condições de julgar as teorias forjadas sobre eles.

O veredicto de que o conhecimento objetivo e universal é inatingível é mais compatível com a visão de que os modos de viver e conviver dependem apenas de escolhas pessoais impregnadas de carga valorativa. A exigência de que,

na busca do conhecimento, é imperioso provar que certas crenças são (mais) respaldadas por fatos, que são inferidas com confiabilidade lógica, não se aplica às escolhas e decisões tomadas no *Mundo da Vida*. Como destaca Nietzsche⁶, “juízos, juízos de valor sobre a vida, a favor ou contra, não podem, em última análise, ser verdadeiros; só possuem valor como sintomas, só podem ser considerados sintomas. Em si mesmos, esses juízos são imbecilidades”.

Se há controles draconianos para se chegar ao conhecimento, inexistem quando se trata de optar por uma forma de vida. Como os procedimentos do saber instrumental são empregáveis no enfrentamento de pouquíssimos desafios técnicos, os *problemas da vida* ficam reféns de tratamento político e ideológico. A opinião infundada gera atitudes que, compartilhadas, fomentam formas de ver e viver. Além da contraposição entre a unidade cognitiva atribuída à ciência e a diversidade dos modos de viver, as sociedades tornaram-se campos de batalhas de ideias sem o recurso à arbitragem baseada em um critério de demarcação, amplamente endossado, em condições de separar a crença fundada da infundada. A polarização entre sistemas fechados de ideias envolve o risco de predominarem opiniões emotivamente impregnadas traduzíveis em apoio a políticos e governos devotados a minar as instituições.

O pensamento mágico sobrevive na política e nas redes sociais através da disseminação de opiniões que, com ou sem concatenação ideológica, dão as costas aos fatos. A teoria da conspiração é uma variante do pensamento mágico que impele as pessoas a sobreporem ficções interpretativas aos fatos a fim de se concederem o poder ilusório de explicá-los. Isso faz com que se considerem mais conhecedoras que os especialistas, que dificilmente vão além de hipóteses setoriais sempre sujeitas a revisões. É simplista e cômodo acreditar que fatos e eventos são produzidos por grupos poderosos e não o resultado de intrincados mecanismos psicossociais. A *desmágicação* tem sido a atitude prevalecente diante dos

fenômenos naturais, mas não diante dos fatos sociais ainda bastante sujeitos a explicações romanceadas. O recurso à politização se presta a disfarçar a propensão a adotar uma visão “mágica” sobre institucionalidades e funcionalidades sociais. Na falta de explicações das ações e relações sociais consensualmente reconhecidas como científicas, é compreensível que as “teorias” de senso comum as tratem lançando mão de ingredientes do pensamento mágico atávico.

Tendo em vista que hoje praticamente se tornou inviável a construção de um discurso que seja reconhecido como portador de valor e validade universais, os políticos durante a pandemia procuraram capturar parte da opinião pública. A tendência humana ao pensamento binário, ao bipolarismo, faz com que os embates travados nas mídias sociais representem tentativas de criar uma identidade, intelectual e/ou comportamental, para o *in-group* associando o *outro* a um tipo de opinião condenável em termos políticos ou morais:

Mas o que é o mecanismo da polêmica? Consiste em encarar o adversário como inimigo, em simplificá-lo para, assim, se recusar a vê-lo. Aquele a quem insulto, não conheço mais a cor de seus olhos, nem se sorri e de que maneira. Três quartos de nós ficam cegos pela graça da polêmica, não vivemos mais entre os homens, mas em um mundo de silhuetas⁷.

Antes da pandemia, a posição cética de alguns filósofos sobre o potencial cognitivo da razão e a atitude iconoclasta diante do poder gerado pelo sucesso instrumental de algumas ciências desaguaram na negação da existência de uma instância autônoma, epistemicamente confiável, de arbitragem dos conflitos de interpretação. Isso fez com que tudo se resumisse a fazer prevalecer uma óptica no campo dos embates ideológicos. É nisso que acreditam os participantes das “guerras culturais”

que recorrem às armas de construção, por vezes manipuladora, de narrativas. Quando posições dissonantes se enxergam como inimigas, e não como expressão de um saudável jogo de alteridades, as polarizações se tornam politicamente exploráveis. Os distintos estilos de pensamento e de vida deixam de se respeitar quando cada um percebe o outro como negação de sua identidade e como ameaça à sua existência. Diante do universo de discurso do outro, é comum uma resposta paranoide como consequência de ser encarado e vivenciado como ameaçador.

Embora seja forte a tendência a encará-las como abstrações desencarnadas, sem vínculos com os desafios colocados pelo mundo circundante, as ideias filosóficas contribuem, com suas mundividências, para definir a preferência por determinado modo de vida. Com variável grau de enraizamento no solo religioso ou filosófico, as ideias de senso comum definiram alguns dos posicionamentos políticos assumidos durante a pandemia. Diante das dificuldades para entender o funcionamento e a fundamentação da ciência, o homem comum recorreu a esquemas de pensamento familiares que o tornaram, em muitos casos, resistente ao que as autoridades lhe prescreviam durante a pandemia. Isso não deveria ter causado surpresa porque nos últimos cem anos até mesmo filósofos e teóricos sociais tinham formado diferentes e excludentes visões sobre autonomia e o valor da ciência sem que a ciência tivesse mudado drasticamente sua natureza.

A politização da ciência durante a pandemia evidenciou que inexistente critério de racionalidade capaz de se colocar acima das divergências movidas a paixões. Pouco se tem avançado na identificação dos fatores que historicamente levaram à formação e reprodução de costumes “irracionais” ou “bárbaros”. Presos à condição humana, os costumes extraem sua força dos mecanismos que fomentam determinados modos coletivos de vivenciar emoções e paixões. Mesmo que às vezes em detrimento do desenvolvimento de habilidades e potencialidades individuais, os costumes são importantes para que a vida social forme regularidades. Mais do que o hábito,

o costume tem uma dimensão marcadamente coletiva que parece misturar adesão a um sistema fechado de pensamento e tendência à subordinação voluntária. Na avaliação de Le Bon⁸, “o costume, uma variante do hábito, confere força às sociedades e aos indivíduos na medida em que os dispensa, para formar uma opinião, de terem de refletir sobre cada caso que se apresenta”.

No mundo atual, aumenta a impressão de que se tem passado do ‘nada podemos conhecer’ para ‘nada queremos saber’ como consequência de se ter começado a espriar a crença de que podemos facilmente politizar tudo sem a necessidade de submeter as opiniões a crivos que atestem seu valor cognitivo. Com isso, tudo é cada vez mais visto como questão de escolha da posição política tida por certa. Essa forma simplista de lidar com questões espinhosas está na origem das polarizações. É cômodo politizar as opiniões invocando a tese nunca comprovada de que a imparcialidade e a neutralidade são inatingíveis. Reduzir tudo a “guerra de posições” é renunciar à argumentação racional e marchar em direção a um endêmico conflito psicossocial. O desejo de se chegar ao conhecimento (objetivo) só poderia ser considerado irrealizável depois de terem se mostrado infrutíferos todos os esforços sistemáticos de buscá-lo.

Sendo a ciência produto de um tipo de atitude intelectual diante do mundo, sua existência depende da prevalência de determinados valores, cognitivos e extracognitivos. A mentalidade científica, que se instaurou mais em algumas sociedades do que em outras, é fruto de se ter privilegiado uma forma de interação, tão antiga quanto a espécie humana, do tipo *trial and error* (ensaio e erro) na relação com o entorno. O advento da ciência moderna está ligado à formação, baseada em valores, mais presentes em algumas culturas, que vieram a priorizar um tipo de relação – estribada em cálculos e testes – entre sujeito e objeto.

O reconhecimento de que as formas fantasiosas de teorização são desprovidas da legitimidade epistêmica reivindicável pelas teorias empíricas não impede que, mesmo em sociedades com

presença marcante da ciência, uma ideologia difusa como a negacionista capture parte da opinião pública. É importante observar que o fantasma dos influentes pensadores que tinham tirado das evidências empíricas o poder de selecionar crenças reapareceu, durante a pandemia, em versão tosca nas posições dos negacionistas. Como reação ao negacionismo, muitos dos antigos relativistas redescobriram inopinadamente a necessidade de se discernir entre a falsidade comprovada e a busca metodologicamente controlada da verdade. E assim voltaram à concepção objetivista de racionalidade:

Caso exista, a razão pode operar à maneira de um tribunal superior não apenas contra as opiniões e hábitos recebidos de nossa comunidade, mas também contra as peculiaridades de nossa perspectiva pessoal. É algo que cada indivíduo pode encontrar dentro de si mesmo, mas que, ao mesmo tempo, possui autoridade universal. Misteriosamente, a razão proporciona uma forma de distanciamento das opiniões comuns e práticas transmitidas, que é mais que mera elevação da individualidade, mais que a determinação de expressar o próprio eu idiossincrásico em vez de marchar junto com as outras pessoas. Quem apela à razão pretende descobrir uma fonte de autoridade dentro de si mesmo, que não é meramente pessoal, ou social, mas universal – e isso também deve persuadir outros que estejam dispostos a ouvi-lo⁹.

Em tudo que os especialistas propalavam durante a pandemia, era difícil separar nitidamente o que era mera opinião e o que se comprovava como efetivo saber. A verdade é que sempre careceu de boa fundamentação a visão de que poderiam ser politicamente introduzidas medidas restritivas à liberdade em

nome do conhecimento científico que, erigido em autoridade máxima de avaliação das crenças, se torna fonte de legitimação da normatização das condutas. Os porta-vozes da ciência sempre entenderam que o poder que se apresentava respaldado pela ciência tinha legitimidade para introduzir uma série de obrigações como, por exemplo, a de o cidadão usar máscara. Independentemente da notória fragilidade dos argumentos e da intransigência dos posicionamentos dos negacionistas, o fato é que os “representantes” da ciência descuidaram que inexistia transição automática dos resultados científicos, do ser, para o dever ser dos comandos jurídico-políticos.

Identificada por Hume, a falácia naturalista consiste em um processo de derivação de normas a partir de fatos, como se fosse uma inferência válida passar do indicativo para o imperativo, do modo como as coisas são para como *deveriam* ser. A partir da comprovação de que algo *é* assim e assim, não se segue que *deveria* permanecer como *é* ou assumir outra identidade. Uma entidade (social) pode apresentar determinadas características sem que disso se siga que está condenada a possuí-las. De acordo com Hume¹⁰, o dever ser e o ser constituem reinos separados no sentido de que não é logicamente permitido saltar das proposições que indicam fatos (estados de coisas) para proposições que expressam valores ou que prescrevem comportamentos com base no que *deveria* ser. Sendo assim, carece de adequada justificação a operação que, de forma tácita, promove a transição – como se buscou fazer durante a pandemia – das comprovações alcançadas pelo conhecimento científico para as regulamentações jurídico-políticas. O conhecimento, *per se*, não confere legitimidade à regulação institucional das ações e interações no espaço da vida social.

Gellner¹¹ observou que a questão da legitimidade tem deixado cada vez mais de se “confinar à esfera política a ponto de passar até a englobar a dimensão cognitiva, uma vez que em nosso mundo não apenas governantes e regimes têm, ou deixam de ter, legitimidade aos olhos dos observadores, mas também tipos de propriedade, produção, educação, associação,

expressão, pensamento, arte e pesquisa”. A constatação de Gellner de que “não apenas a forma de governo, mas igualmente todos os outros aspectos da vida social podem ser questionados, desafiados e colocados *sub judice*” permite pensar que as grandes dificuldades de se debater a fundamentação dos pontos de vista abraçados têm feito com que se busque refúgio em vagas noções como de “lugar de fala” que, para fugir das aferições epistêmicas, procura ocupar a zona confortável da politização dos discursos. Inviabiliza a busca de conhecimento suprimir os crivos epistêmicos de seleção de teorias, crenças e opiniões, em prol da entronização de um lugar de fala atrelado às lutas de um coletivo. Colapsa o diálogo se deixa de ser possível fazer as mesmas constatações de modo impessoal, se os conteúdos compartilhados ficam restritos aos simpatizantes ou aderentes de uma ideologia.

Quando se defronta com uma enorme massa de informações cuja origem e fundamentação lhe são desconhecidas, o senso comum costuma endossar o que é proposto como “verdade oficial”. No entanto, uma inesperada desconfiança se manifestou com relação à vacina e ao uso de máscara em parte como consequência de as autoridades, políticas e sanitárias, terem sido associadas à defesa de interesses escusos e ocultos. Submetido a um sistema binário de pensamento, o senso comum tem reduzido as avaliações intelectuais a uma simples questão de escolha da posição (supostamente) certa contra a reputada errada. As explicações errôneas dos fenômenos naturais tornam impraticável qualquer pretensão de alterá-los, enquanto as teorias sociais conseguem, por mais inconsistentes, afetar as relações humanas. Mesmo se erradas, as explicações de fatos sociais têm o potencial de impactar comportamentos e influenciar o curso dos acontecimentos.

O fato é que a pesquisa científica e o poder político obedecem a imperativos pouco comunicantes porque entre eles se intrometem as opiniões que costumam ser adotadas pelas pessoas mais por envolvimento emotivo que por ponderação racional. No mundo contemporâneo, as opiniões carecem

ainda mais de um centro gravitacional, uma vez que estão espalhadas em vertentes e subcorrentes que alcançam algum grau de convergência apenas em determinados momentos e sobre matérias específicas. Gera manipulação ideológica o fato de a opinião pública estar fragmentada:

A disposição dos homens, governantes ou concidadãos, de impor as próprias opiniões e inclinações aos outros como padrões de conduta é tão fortemente apoiada por alguns dos melhores e dos piores sentimentos inerentes à natureza humana que quase sempre só sofre restrições por falta de poder; e como o poder não está diminuindo, mas aumentando, cabe esperar que, a menos que uma barreira sólida de convicção moral possa ser erguida contra ele, se expandirá nas circunstâncias atuais do mundo.¹²

Durante a pandemia foi colocada em quarentena a tese antes assaz abraçada que encarava a ciência como uma construção social que a tornava pouco distinguível de outras práticas sociais. A escolha de uma teoria tinha deixado de ser vista, principalmente por influentes estudiosos sociais, como determinada por evidências empíricas. Acreditava-se que mesmo se usária de metodologia confiável e produzida por uma comunidade de especialistas, a ciência seria a expressão de determinada *forma de vida* assim como o é a religião. A retórica do pós-modernismo tinha servido para alimentar um movimento de amplo questionamento da prerrogativa da ciência de explicar fatos e suas conexões. Em alguns *campi* de renomadas universidades, os departamentos de ciências sociais e de filosofia começaram a propalar uma concepção de ciência que pouco a distinguiu da pseudociência e da ideologia:

As imagens tradicionais de ciência estão sob ataque. A noção de processo contínuo de descoberta, que acumula constantemente conhecimento neutro e objetivo, tem sido seriamente questionada, e a ideia de uma nítida linha divisória entre "ciência" e "ideologia" não parece tão firme quanto há dez anos¹³.

Em seus primórdios, a sociologia da ciência endossava a separação, amplamente aceita na filosofia da ciência até meados do século passado, entre conteúdos explicativos intrinsecamente válidos e crenças cuja legitimação se mostra dependente de contextos sociais específicos. De acordo com a concepção clássica de ciência, a pesquisa de excelência é vista como determinada por seu evoluir conceitual interno. Na avaliação de Ben-David¹⁴, as sociedades podem “acelerar ou desacelerar o crescimento científico, emprestando ou negando apoio à ciência ou a algumas de suas partes, mas podem fazer relativamente pouco para direcionar seu curso, que é determinado pelo estado conceitual da ciência e pela criatividade individual que, seguindo suas próprias leis, rejeitam comandos ou subornos”. De modo convergente, Stark¹⁵ recorre a engenhosa metáfora para caracterizar a *autonomia cognitiva* da ciência: “as forças sociais, locomotivas que puxam ou empurram o trem da ciência, não têm o poder de determinar o que é carregado nos vagões”.

No dualismo das “duas culturas”, o conhecimento instrumental provido pelas ciências naturais estaria apto a resolver problemas "materiais", mas deixaria os "espirituais" – os relativos a como viver e conviver – entregues à pesquisa psicossocial cindida em vertentes de pensamento que enfrentam dificuldades para se submeter a controles empíricos consensualmente adotados e acatados. A existência de dois tipos de conhecimento – o instrumental e o “especulativo” – tem

gerado um fosso diante do qual têm fracassado as tentativas de construção de pontes com mão dupla.

Com o advento da pandemia, as autoridades passaram a exigir uma uniformidade comportamental que acreditavam legitimada pela racionalidade instrumental cujo âmbito de atuação se circunscreve ao estudo dos fenômenos naturais. Com isso, ignoravam que as rígidas normas de comportamento introduzidas em nome do combate científico à pandemia estavam em tensão com a diversidade de *formas de vida* e com o "politeísmo" de valores encontráveis nas Sociedades Abertas. Sem falar que o pós-modernismo já tinha estendido o "politeísmo" de valores ao território da racionalidade em geral e da ciência em particular.

Foi necessária a eclosão de uma pandemia ameaçadora para que ocorresse uma reviravolta no modo com que a ciência vinha sendo encarada nas últimas décadas. Alguns dos teóricos sociais e filósofos antes críticos contumazes da racionalidade instrumental passaram a considerá-la tábua de salvação, repositório de verdades. Como se fossem provedoras de resultados insuscetíveis de revisão, as teorias científicas se tornaram a fonte de legitimidade político-social das medidas governamentais determinando como as pessoas deveriam se comportar. No auge da pandemia, emergiu com força a sensação de que estava ocorrendo a desforra da ciência, que voltava a ser colocada, como fizera Cassirer um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial, no pedestal da Racionalidade:

A ciência é a última etapa do desenvolvimento intelectual do homem e pode ser considerada a realização mais elevada e característica da cultura humana. É um produto muito tardio e refinado que não poderia se desenvolver exceto sob condições especiais [...] no mundo moderno, não há poder que se compare ao do pensamento científico. É considerado a

culminância e realização de todas as atividades humanas, o último capítulo da história da humanidade e o assunto mais importante de uma filosofia do homem. Podemos discutir os resultados da ciência ou seus primeiros princípios, mas sua função geral parece inquestionável.¹⁶

Ao longo do século passado, muitos debates marcantes ocorreram em torno da problemática dos traços distintivos da pesquisa científica. Os *positivistas lógicos* erigiram a verificabilidade em critério de cientificidade. A condição necessária, ainda que não suficiente, para dotar de cientificidade uma teoria é a de as proposições que a constituem se mostrarem passíveis de verificação. Popper propôs como alternativa um critério de demarcação à luz do qual a ciência se distingue pela refutabilidade, pela possibilidade de *falsificar* as proposições formadoras das teorias. Aceitos, esses critérios permitiriam separar nitidamente ciência da ideologia ou pseudociência. A partir dos anos 60 começaram a se avolumar as críticas que promoveram a relativização ou abandono desses critérios. No extremo, se chegou ao veredicto de que as diferentes modalidades de teoria existentes no “mercado das ideias” mereciam quase a mesma respeitabilidade epistêmica. Com a pandemia, os critérios de cientificidade foram tacitamente retomados, e a ciência foi recolocada na parte mais alta do altar da racionalidade e passou a ser politicamente invocada – de forma *inédita* – como fonte legitimadora da normatização dos comportamentos.

Defendemos a tese de que a pandemia evidenciou a existência de uma contraposição entre a alegada unidade cognitiva encarnada pela ciência e a diversidade de formas de pensar e viver que, livremente adotadas, podem chegar ao extremo de relegar a ciência. A concepção de ciência tacitamente esposada tinha uma matriz 'aristotélica', com base na qual se pensa que só há conhecimento do universal e necessário,

em dissonância com a insuperável pluralidade de valores presente no mundo das relações psicossociais e políticas. Com sua uniformidade de procedimentos e rigidez nos rituais de avaliação, a pesquisa científica é 'aristotélica' no sentido de que fica sujeita a critérios tratados como imperativos categóricos da racionalidade, enquanto o Mundo da Vida, imerso na relatividade dos valores, é 'nietzschiano'. Os desencontros entre os imperativos da razão e a livre seleção de valores se tornaram ainda mais pronunciados durante a pandemia porque se tentou traduzir o amplo reconhecimento do poder explicativo e instrumental da ciência em fonte de legitimação inquestionável de normas comportamentais estabelecidas pelos poderes constituídos.

Em contraste com visão de que a busca de conhecimento exige a neutralização dos fatores que promovem abordagens subjetivistas dos fatos, nas sociedades primitivas, os modos de pensar se apresentam mais integrados ao Mundo da Vida em virtude de o mito – sucedâneo do que hoje chamamos de ciência – oferecer uma "explicação" das coisas mantendo-se em harmonia com os valores e normas morais existentes:

O mito desempenha uma função indispensável na cultura primitiva: expressa, aprimora e codifica a crença; protege e reforça a moralidade; garante a eficácia do ritual e contém regras práticas para a orientação humana. Assim sendo, o mito é um ingrediente vital da civilização humana; não é uma narrativa ociosa, mas uma força ativa e laboriosa; não é uma explicação intelectual ou uma imagem artística, mas uma carta pragmática de fé primitiva e sabedoria moral¹⁷.

Ao pretender se contrapor ao senso comum, corrigindo, retificando ou rompendo com suas crenças, a ciência cria um fosso entre o estudo objetivo dos fatos, escravizado às evidências

empíricas, e a escolha pessoal ou a imposição coletiva de determinados modos de viver. Acreditando que as prescrições feitas em nome dos resultados alcançados pela pesquisa científica deveriam ser aceitas passivamente, os porta-vozes da ciência não levaram em conta que os valores são múltiplos e que, sendo expressão de preferência, podem dar lugar a disputas. Existe uma dissonância pouco visível entre a racionalidade, que tacitamente reivindica a posse do monopólio cognitivo, e a competição "tensionada" entre valores vinculáveis a diferentes *formas de vida*. A identificação desse contraste é crucial na busca das causas profundas da politização da pandemia. Sendo o conhecimento limitado e falível, o ser humano recorre a outras fontes de crença que se destacam por prometerem a superação das incertezas e dúvidas ainda que ao preço de oferecerem ilusórias comprovações:

Sendo as faculdades do entendimento dadas ao homem não apenas para a especulação, mas também para a condução de sua vida, o homem ficaria bastante desorientado se nada tivesse para orientá-lo a não ser o que proporciona a certeza do verdadeiro *conhecimento* que, sendo muito restrito e escasso, o deixaria completamente no escuro; e na maioria das ações de sua vida totalmente perplexo, se nada tivesse para guiá-lo na ausência de um conhecimento claro e certo [...] aquele que deixar de empreender à espera de ficar sabendo infalivelmente que o negócio será bem-sucedido, terá pouco mais a fazer que ficar parado e perecer¹⁸.

Além de resultar do oportunismo de grupos ideológicos, a politização da pandemia representou a exteriorização da tensão entre duas tendências opostas: de um lado, a invocação da ciência para, em seu nome, regular a conduta, de outro,

um tipo de vida social na qual ninguém está credenciado a ensinar ninguém a viver da forma reputada correta. Com a emergência sanitária, ficou ainda mais claro que a jurisdição explicativa da ciência encontrou dificuldades especiais para se estender normativamente ao Mundo da Vida e plasmar os comportamentos. Tendo em vista que não têm como ser impostas, as recomendações feitas em nome da ciência requerem mediações psicossociais e políticas para ser aceitas. O desencontro entre a racionalidade instrumental e o mundo da vida deriva de nenhuma ciência ter o condão de ensinar de que forma cabe viver ou de indicar que rumo dar à própria existência. Wittgenstein está coberto de razão quando, no final do *Tractatus Logico-Philosophicus* (6.52), afirma: "sentimos que mesmo se todas as questões científicas possíveis fossem respondidas, os problemas da vida (*Lebensprobleme*) permaneceriam intocados":

As ciências têm duas extremidades que se tocam. A primeira é a pura ignorância natural em que se encontram todos os homens ao nascer. A outra é a extremidade a que chegam as grandes almas que, tendo percorrido tudo o que os homens podem saber, constataam que nada sabem e se dão conta de que estão na mesma ignorância da qual tinham partido; mas é uma ignorância sábia, que se conhece. Aqueles que saíram da ignorância natural sem conseguir chegar à outra extremidade têm alguma noção dessa ciência suficiente e se fazem de entendidos. São os que perturbam o mundo e a tudo julgam erroneamente¹⁹.

Antes da pandemia, filósofos e teóricos sociais denunciavam a visão supostamente idealizada que os cientistas têm da natureza de suas práticas de pesquisa. A guinada que promoveu o resgate da ciência também se deveu ao fato de a politização

da pandemia ter sido levada a cabo por negacionistas que ocupavam o extremo oposto do espectro ideológico no qual tinham se colocado os críticos da ciência. As reações contra as medidas tomadas durante a emergência sanitária – a exemplo da vacinação obrigatória – foram tratadas pelo *establishment* intelectual, jurídico e político como um subproduto de um obscurantismo pré-científico ligado a posições ideológicas retrógradas. De repente, os velhos relativistas começaram a postular a existência de conhecimentos passíveis de validação intrínseca, ou seja, imunes aos processos de construção social de seus conteúdos. Os pós-modernistas e construtivistas sociais antes não tinham se preocupado com o fato de que negar à ciência o poder de explicar objetivamente fatos naturais ou sociais faria com que perdesse a autoridade normativa que permitiria situar seus resultados acima das diferenças político-sociais.

Com a pandemia, a *crítica à ciência* desapareceu dos meios acadêmicos porque passou a ter uma conotação política diferente daquela pretendida por seus defensores originais. Por ter sido apropriada pela “direita” passou a ser tachada de retrógrada a avaliação socioconstrutivista e pós-modernista de que a racionalidade científica vinha sendo idealizada por meio da defesa da existência de uma objetividade divorciada das injunções político-econômicas com a finalidade de ocultar interesses políticos. O negacionismo adaptou o relativismo às condições específicas da pandemia para poder colocá-lo a serviço de outros objetivos ideológicos e políticos. A tese de “esquerda” de que a ciência – em comparação com a metafísica, o senso comum e as ideologias – carece de prerrogativas epistêmicas que a tornem superior em termos explicativos passou a ser politicamente utilizada pela “direita”. Em vez de causar desorientação, isso provocou polarização com sinal trocado. Se as evidências empíricas antes da pandemia tinham deixado de ser consideradas decisivas, subitamente passaram a ser destacadas. Com a tácita depreciação dos crivos empíricos, antes vocalizada pela “esquerda”, a “direita” durante a pandemia

fomentou a politização invertendo as posições antes ocupadas no espectro ideológico.

Durante a emergência sanitária, tanto a “esquerda” quanto a “direita” ignoraram o *ceticismo organizado* traduzível no reconhecimento de que no processo de testagem de uma teoria científica podem-se descobrir evidências independentes em condições de contradizê-la, de refutá-la. Deixou-se de recorrer ao "socratismo epistemológico" como antídoto contra a adesão empática e emocional às opiniões, ao argumento de autoridade, ao *magister dixit* e ao "espírito de rebanho". Homologias poderiam ter sido estabelecidas entre a atividade de pesquisa científica e o processo político democrático desde que este último fosse visto como igualmente sujeito ao imperativo de rever os efeitos que as medidas dos governos vão gerando ao longo do tempo. Para ser compatível com a ciência, a administração da *res publica* precisa buscar a constante revisão de rumos, a obtenção de resultados setoriais que se submetam a correções. A pretensão de dar realidade a um Projeto ou Ideal, com seus modos de execução predeterminados, pressupõe a conquista de um inatingível conhecimento social que, definitivo, fique protegido das intempéries dos fatos.

A difusão do espírito *anticientífico* depois da metade do século passado vinha de diferentes fontes. Durante a pandemia, ficou claro que parte da opinião pública via na invocação da ciência um meio oportunista de legitimar um projeto de concentração de poder que visava a restringir o espectro das escolhas e decisões pessoais. A autoridade explicativa da ciência estaria sendo invocada para promover o solapamento da liberdade individual. A resistência ao cumprimento de regras – a exemplo da obrigatoriedade da vacinação e do uso de máscara – foi justificada como luta contra algum projeto interno ou externo de dominação. Mesmo antes da pandemia, muitos pais recusavam-se a vacinar os filhos como consequência de esposarem determinadas crenças religiosas ou de acolherem opiniões infundadas sobre os males causados por vacinas eficazes a exemplo da que combate a poliomielite.

A principal virtude da ciência - a de se submeter a controles permanentes, de promover a correção dos resultados, e até a de mudar de direção explicativa - pode servir de modelo para a política caso as propostas de solução para os problemas sociais sejam vistas como corrigíveis e provisórias. A atitude que coloca os resultados sob revisão constante, que reconhece que qualquer teoria pode vir a ser refutada, é incompatível com as abordagens marcadas pelo dogmatismo exibido pelos porta-vozes da ciência durante a pandemia. O espírito científico não é harmonizável com a formação de tradições que se petrificam, que se esclerosam, fazendo prevalecer artificialmente uma versão dos fatos.

Nunca como nos anos sombrios da pandemia, a ciência foi celebrada como modelo de conhecimento e tábua de salvação possuidora de autoridade para se tornar fonte inquestionável de decisões políticas incidindo sobre as condutas. Quase todos os julgamentos negativos sobre a tecnociência, antes acusada de ser colocada a serviço do capitalismo, desapareceram repentinamente diante da situação de grave ameaça à saúde pública. Esse "milagre" de resgate da ciência é consequência mais de fatores ideológicos e políticos e menos do reconhecimento tardio do valor especial do conhecimento científico pela segurança de seu método e a confiabilidade de seus resultados. Longe de ser compreendida em seus traços distintivos como, por exemplo, o de ser uma atividade permanentemente submetida à autocorreção, a ciência passou a ser exaltada como encarnação da racionalidade e como fonte crucial de legitimação de leis. Os que falavam em nome da ciência a destacavam por seu poder instrumental traduzido na capacidade de fazer frente a fenômenos naturais adversos.

Durante a pandemia, os arautos da ciência abraçaram tacitamente uma concepção infalibilista de conhecimento próxima da esposada por Descartes²⁰: "toda ciência é um conhecimento certo e evidente; um homem que duvida de muitas coisas não é mais sábio que aquele que jamais nelas pensou [...] Por conseguinte, rejeitamos todos os

conhecimentos que se mostram apenas prováveis e declaramos ser necessário confiar tão somente no que é perfeitamente conhecido e insuscetível de suscitar qualquer dúvida”. Ausente dos pressupostos e das falas dos especialistas e dos formadores de opinião, o falibilismo foi assim sintetizado por Jevons²¹: “só o conhecimento perfeito pode proporcionar certeza; o conhecimento perfeito sobre a natureza seria o conhecimento infinito, que está claramente além de nossas capacidades”. As tantas certezas propaladas durante a pandemia negligenciavam a advertência de Jevons de que “temos de nos contentar com o conhecimento parcial, ou seja, com o conhecimento misturado com a ignorância e produtor de dúvida”. Antes de Jevons, Locke²² recorrera a uma bela e sugestiva metáfora com o fito de sublinhar a impossibilidade de se chegar à certeza: “na maior parte de tudo que nos diz respeito, Deus nos proporcionou apenas o Crepúsculo, se assim posso dizer, da Probabilidade”:

É vão, vos digo, esperar demonstração e certeza sobre coisas que são incapazes de propiciá-las, recusar assentimento a proposições muito racionais e agir contrariamente a verdades cabais e claras, em virtude de não poderem ser tornadas tão evidentes a ponto de superarem sempre a menor alegação de dúvida. Aquele que nos assuntos ordinários da vida apenas admitisse demonstrações plenas e diretas não teria certeza de nada neste mundo a não ser de perecer rapidamente²³.

Em seu brevíssimo artigo ‘Indução e Dedução na Física’, Einstein sustenta ser impossível afastar definitivamente o espectro do erro em virtude de uma teoria poder se revelar incorreta caso ocorra um erro lógico em suas deduções ou inadequada caso um fato esteja em dissonância com uma de suas conclusões. Alinhado com o falibilismo, Einstein prega

que “a verdade de uma teoria nunca pode ser provada, uma vez que nunca se sabe se a experiência futura contradirá sua conclusão”. Antecipando o debate contemporâneo em torno da tese da subdeterminação da teoria pelos fatos, Einstein afirma “sempre haver outros sistemas conceituais imagináveis capazes de coordenar os mesmos fatos, e quando ocorre de “duas teorias estarem disponíveis, ambas compatíveis com o arsenal de fatos dados, inexistem outros critérios para se preferir uma ou outra, a não ser o olhar intuitivo do pesquisador”. Isso permite “compreender por que pesquisadores perspicazes, conhecedores de várias teorias e fatos, podem ainda assim ser defensores apaixonados de teorias opostas”.

O aspecto de as teorias científicas poderem, em alguns casos, se mostrar informativamente subdeterminadas pelos dados torna inalcançável a postulação da conquista de monopólio explicativo. O acesso a novas evidências, a introdução de técnicas experimentais inovadoras e de dispositivos mais poderosos de observação e processamento de dados condenam o conhecimento empírico à incerteza. Esses aspectos tornam obrigatório insistir na tese de que o valor cognitivo da ciência não deriva de ser uma empresa capaz de chegar a resultados definitivos, mas de suas teorias ficarem sujeitas à revisão e refutação quando buscam correspondência com a realidade. Longe de representar uma fragilidade, o fato de novas evidências poderem se chocar com resultados tidos por estabelecidos constitui a força propulsora e renovadora da ciência. O cientista reconhece, como destaca Mill²⁴, que “há uma enorme diferença entre presumir que uma opinião é verdadeira porque em cada oportunidade em que foi contestada não foi refutada, e supor sua verdade para impedir sua refutação”.

Estranho à mentalidade típica do pensamento dogmático, o reconhecimento da dificuldade de se *verificar cabalmente* as teorias tem sido feito por eminentes cientistas. Weyl²⁵ exprime sua “admiração ilimitada pelo trabalho do experimentador em sua luta para arrancar fatos *interpretáveis* de uma Natureza

inflexível que sabe tão bem como responder às nossas teorias com um Não decisivo ou com um inaudível *Sim*”. O espectro de um inesperado contraexemplo, que condena toda teoria à falibilidade, é pouco compatível com um senso comum ávido por verdades e certezas.

Subentendido nos pronunciamentos dos porta-vozes da ciência durante a pandemia, o infalibilismo é criticável por sua tendência a vincular a confiabilidade da pesquisa à conquista de resultados cabalmente verificados. O fato é que qualquer pesquisa empírica está sempre sujeita a se deparar com evidências que exigem revisão capaz de desembocar na refutação do que despontava consolidado. Durante a emergência sanitária, os entusiastas “representantes” da ciência perderam de vista que a busca de conhecimento se destaca pela identificação e eliminação de erros e não pela obtenção de resultados conclusivos:

O mal peculiar de silenciar a expressão de uma opinião é que rouba a espécie humana tanto os pósteros quanto a geração atual; aqueles que discordam da opinião são mais prejudicados do que aqueles que a sustentam. Se a opinião estiver certa, serão privados da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se estiver errada, perdem a percepção mais clara e a impressão mais viva da verdade – o que é um benefício quase tão grande – produzida por sua colisão com o erro²⁶.

Os loquazes porta-vozes da ciência jamais reconheceram que o poder de um contraexemplo de arruinar os fundamentos de teorias consolidadas torna problemático reputá-las definitivas e mais ainda invocá-las para conferir legitimidade a normas comportamentais. O fervor cientificista deixou de levar em conta que o saber médico suscita controvérsias especiais em virtude de suas teorias estarem sujeitas a constantes retificações,

de alcançarem confirmações efêmeras, devido à enorme variabilidade e mutabilidade dos fatos e eventos investigados. Aplica-se particularmente à medicina a tese de que o aspecto de determinadas teorias serem esposadas por especialistas em nada garante sua solidez explicativa. Como destaca Mill²⁷: “se toda a humanidade à exceção de uma pessoa fosse da mesma opinião, e só determinada pessoa tivesse opinião contrária, a humanidade não teria mais razão para silenciá-la do que teria razão para silenciar a humanidade, se tivesse poder para tal”.

Com a pandemia parece ter ressurgido com força a propensão atávica do ser humano a acreditar no que Freud chamou de *onipotência do pensamento* (*die Allmacht des Gedankens*). Segundo Freud, o selvagem acreditava poder mudar o mundo exterior apenas com os pensamentos. A superestimação das construções mentais em confronto com a realidade, a concessão de poderes ilimitados aos pensamentos, promove a sobreposição do imaginado ao fato, do ideado ao existente. A crença na onipotência do pensamento desagua na pretensão de se ter controle sobre o mundo sem precisar explicar os fenômenos com base na humilde observação de como ocorrem e se reproduzem. Na falta de saber instrumental, nossos antepassados remotos acabaram atribuindo imaginários poderes a seus pensamentos. Só com a formação da concepção científica de mundo refluíu a onipotência, já que só nessa fase surge o reconhecimento da falibilidade das teorias e das limitações das explicações:

Se aceitarmos a evolução das concepções do homem sobre o universo, segundo a qual a fase animista é sucedida pela religiosa e esta pela científica, não teremos dificuldades em seguir as vicissitudes pelas quais passou a “onipotência do pensamento” ao longo dessas etapas. Na fase animista, o homem atribuiu a si mesmo a onipotência; na religiosa, cedeu-a aos deuses, mas

sem a abandonar seriamente, pois reserva para si o poder de controlar os deuses, influenciando-os de uma forma ou de outra segundo os próprios interesses. Na atitude científica perante a vida, já não há lugar para a onipotência do homem, que reconheceu sua pequenez e submeteu-se com espírito de resignação à morte e a todas as outras necessidades naturais. No entanto, essa confiança no poder do espírito humano que respeita as leis da realidade ainda retém um fragmento dessa crença primitiva na onipotência do pensamento²⁸.

Muitas vezes postulado na filosofia, o princípio da *uniformidade do curso da natureza* foi assim enunciado por Mill²⁹: “aquilo que ocorre uma vez ocorrerá, sob um grau suficiente de similaridade de circunstâncias, novamente, e não apenas novamente, mas todas as vezes que as mesmas circunstâncias se repetirem”. De modo tácito ou aberto, a suposição de que subsistem regularidades entre os fenômenos é bastante perfilhada pelos cientistas. Além das dificuldades maiores para encontrar padrões e uniformidades, a pesquisa médica se defronta com o desafio especial de promover a integração explicativa de resultados obtidos em diversas áreas da pesquisa científica. O saber médico se mostra incapaz de alcançar verificações cabais de suas teorias em virtude da complexidade e variabilidade dos fatos tratados. Durante a pandemia se ignorou que a história da medicina por séculos seguiu um curso muito errático em que terapias se mostraram pouco ou nada eficazes no tratamento de enfermidades. Historicamente, abundam exemplos de tratamentos médicos aplicados com base em teorias desprovidas de apoio nos fatos e incapazes de estabelecer a prova dos nexos de causalidade postulados:

Todas as sociedades buscam aliviar a dor, afastar doenças e adiar a morte; não fazer essas coisas seria

desumano [...] o surpreendente sobre a tradição médica hipocrática é que ao longo desse período, exceto nos últimos cem anos, as terapias nas quais ela se baseou devem ter feito (na medida em que agiram sobre o corpo, não na mente) mais mal do que bem. Por cerca de dois mil anos, desde o primeiro século AC até meados de 1800, a principal terapia usada pelos médicos era a sangria (geralmente abrindo uma veia do braço com uma faca especial chamada lanceta, um processo chamado flebotomia ou venecção [flebotomia], mas também às vezes ventosas e sanguessugas), que enfraquecia e até matava pacientes. Além disso, a medicina tornou-se cada vez menos perigosa ao longo do tempo: os hospitais do século 19 matavam mães durante o parto porque os médicos (treinados para se considerarem cientistas) por meio de suas mãos espalhavam, sem o saber, infecções de mãe para mãe [...] Por 2400 anos, os pacientes acreditaram que os médicos estivessem fazendo bem a eles; por 2.300 anos eles estiveram errados.³⁰

Recorrendo a exemplos tirados da história da medicina, Fleck³¹ discorreu sobre a "tenacidade dos sistemas fechados de opinião" com base na constatação de que às vezes a pesquisa mostra uma inequívoca "dependência à opinião pública". Fleck chamou a atenção para o fato de que se a pesquisa da sífilis foi desacelerada em uma fase e impulsionada em outra isso se deveu à pressão da opinião pública. O curioso é que a preocupação com a cura da sífilis mostrou-se, em determinado momento, mais insistente do que a atenção com a da cura da tuberculose, apesar de esta última ter feito mais vítimas. Esse tipo de constatação levou Fleck à tese de que o desenvolvimento

do conhecimento depende de como se espera que intervenha na vida prática.

Hacking³² é certo quando sublinha que a atividade de busca de conhecimento está voltada não só para a representação da realidade como também para a intervenção na natureza e na sociedade: “costuma-se afirmar que a ciência tem dois objetivos: a teoria e o experimento. As teorias tentam dizer como o mundo é. O experimento e a tecnologia subsequente mudam o mundo. Representamos e intervimos. Representamos para intervir e intervimos à luz das representações”.

Durante a pandemia, a ciência teve não só seu poder instrumental destacado como também passou a ser apresentada como fonte de legitimação jurídico-política de regras emergenciais como, por exemplo, a que impunha toque de recolher ou outras restrições mais brandas. Sendo um tipo de conhecimento hiperespecializado, a ciência formula leis incompreendidas pelo leigo que, de modo esperável, rejeita legislações que postulam a autoridade cognitiva da ciência a fim de justificar restrições à liberdade. A ciência ganhou inusitada função política durante a pandemia para que pudesse ser empregada como arma contra a vaga e difusa ideologia abraçada pelos negacionistas. Nas sociedades polarizadas por correntes de opinião, a ciência foi menos enaltecida ou atacada por seus méritos ou deméritos cognitivos e mais pelo tipo de instrumentalização política a que foi submetida. Sendo os resultados da pesquisa sempre revisáveis e provisórios, recorreu-se a ideologias que seduzem o senso comum com suas ilusórias certezas e verdades.

Mesmo diante das tantas incertezas surgidas durante a pandemia, houve resistência a acolher sem discussão o que era socialmente normatizado com o pretenso respaldo da pesquisa científica. Mas a maioria das pessoas assumiu atitude parecida com a do homem primitivo diante do desconhecido e das tantas ameaças reais e potenciais presentes em seu entorno. Um estudo antropológico clássico mostra que a magia é considerada indispensável, quase uma tábua de salvação, quando o ser